

Bancários EM AÇÃO

Sindicato FORTE consegue brigar por melhores conquistas para todos

Fortalecimento e participação nos sindicatos resultam em melhores condições na Campanha Nacional

A melhoria das condições de trabalho para toda a classe passa pelo fortalecimento de suas instituições representativas. O sindicato pertence a todos os trabalhadores por ele representados. Ele é o eixo de organização política de uma categoria, negocia – por mandato – em seu nome, exerce a fiscalização no cumprimento dos direitos e atua na defesa dos interesses dos trabalhadores.

Por vezes, não nos damos conta de que a maior parte dos direitos se deve à ação sindical, pela qual a categoria se organiza.

Vale-refeição, plano de saúde, cesta básica e participação nos lucros, licença maternidade e paternidade, vale transporte, qualificação profissional: nada disso é concedido por liberalidade dos patrões. São isso sim, garantias das Convenções Coletivas definidas pelas negociações da data-base, nas Campanhas Salariais (ao contrário do que o nome sugere, elas não tratam apenas dos salários!).

A luta sindical busca ampliar os direitos ao

mesmo tempo em que funciona como um freio à sua flexibilização. Por isso, beneficia a todos os trabalhadores, inclusive aqueles que não são associados ao sindicato.

Não é tarefa fácil. Exige vontade política (da direção sindical e dos trabalhadores), organização de classe e condições financeiras.

Nenhum sindicato sobrevive sem dinheiro, por isso existe o custeio sindical. Mas é a categoria que decide como, quando e quanto pagará. Como todo resto da ação sindical, essa decisão também tem que ser coletiva, tomada sempre em assembleia.

Tão necessário como poder contar com o sindicato é decidir como ele deve ser mantido financeiramente e como os recursos devem ser empregados. Assim os trabalhadores adquirem a consciência de que o sindicato pertence à categoria e por isso, depende dela também.

Os banqueiros, amparados por uma nova legislação trabalhista, já estão começando a retirar direitos e a demonstrar que este ano estarão mais intransigentes ainda

quando do momento das negociações para a Campanha Nacional.

Alguns bancos já implantaram as homologações fora dos sindicatos, o que pode prejudicar, e muito, os funcionários; as férias já podem ser parceladas, mas a interesse do banco; datas de pagamentos foram alteradas para os bancos lucrarem ainda mais com os salários dos funcionários, entre outros.

Portanto, o momento é de união da categoria bancária, em que o fortalecimento dos sindicatos por meio da contribuição sindical e participação ativa dos associados, fará com que os banqueiros vejam a força dos bancários e não tenham como reduzir mais direitos, aceitem melhorar as condições de trabalho e valorizem todo nosso esforço.



Novo plano de demissão prepara terreno para privatização

População e trabalhadores precisam da Caixa 100% pública e fortalecida

Um novo plano de demissões voluntárias iniciado em fevereiro pela Caixa, prepara o terreno para a privatização e prejudica empregados e o público. O chamado Programa de Desligamento de Empregado (PDE) tem como objetivo, segundo o banco, “ajustar a estrutura ao cenário competitivo e econômico”. A meta é atingir o “limite máximo” de 2.964 funcionários.

“Com o anúncio, o banco reforça a intenção do governo Temer de reduzi-lo ainda mais, preparando-o para a privatização e favorecendo as instituições financeiras privadas”, afirmou a presidenta do Sindicato dos Bancários de São Paulo, Osasco e Região, Ivone Silva. “Perdem empregados, cada vez mais sobrecarregados, a população, com o atendimento precarizado, e o país, que vê a redução do papel social da Caixa como banco público. Ganham os bancos privados, que não têm interesse em promover o desenvolvimento do país.”

“Essa agenda irá aprofundar a recessão na medida em que enfraquece o mercado interno e a infraestrutura social e econômica que nos fizeram avançar na última década”, disse Ivone. De acordo com a dirigente, a Caixa representa 22,9% do total de crédito no Sistema Financeiro Nacional (SFN) e 68,7% de crédito na habitação.

De janeiro a setembro do ano passado, o banco teve lucro líquido de R\$ 6,2 bilhões, crescimento de 84,5% em comparação a igual período de 2016. Nesse intervalo, foram cortados 7.315 postos de trabalho, para 87.779.

“Os bancos públicos desempenham um papel fundamental na economia brasileira, pois são um importante instrumento de política econômica e de promoção

ao desenvolvimento econômico e social. São responsáveis por 56% do crédito no país, percentual que vem crescendo muito desde a crise de 2008, quando a atuação destes bancos foi fundamental para amenizar os impactos da crise no Brasil. No entanto, esta atuação tão importante vem sendo atacada pelo atual governo. O crédito nos bancos públicos caiu 3,3% nos últimos 12 meses”, afirma o Sindicato.

O período para adesão vai até 5 de março. Segundo a Caixa, o desligamento ocorrerá por meio



de pedido de rescisão do contrato de trabalho, sem necessidade de cumprimento do aviso prévio.

Saiba mais sobre o PDE da Caixa

O período de adesão é de 23 de fevereiro a 5 de março, com desligamento previsto para 1º a 12 de março de 2018.

Quem pode aderir?

Podem aderir ao PDE os empregados: a) Aposentados pelo INSS, até a data do desligamento (sem exigência de tempo mínimo na Caixa); b) que venham a se aposentar pelo INSS até 31/12/2018, exceto aposentadoria por invalidez (deverão comprovar a apo-

sentadoria até 28/02/2019); c) que tenham 15 anos de contrato de trabalho vigente com a Caixa, até a data do desligamento (não aposentados); d) que recebem adicional de incorporação de função/cargo em comissão/função gratificada até a data de desligamento (sem exigência de tempo mínimo de contrato de trabalho com a Caixa).

Quais os incentivos?

A Caixa oferece 9,8 remunerações base do empregado (referência 31 de janeiro de 2018), a

Quais são as hipóteses de manutenção do plano de saúde por 24 meses?

A Caixa prevê a manutenção do plano de saúde por prazo determinado – 24 meses, sem possibilidade de prorrogação: a) Caso os empregados não comprovem a aposentadoria até 28/02/2019; b) Os empregados não aposentados: i. que tenham 15 anos de contrato de trabalho vigente com a Caixa, até a data do desligamento; ii. que recebem adicional de incorporação de função/cargo em comissão/função gratificada até a data de desligamento (sem exigência de tempo mínimo de contrato de trabalho com a Caixa); iii. aposentados que não detenham 120 meses de contribuição para o Saúde Caixa.

Ao aderir ao PDE, o empregado dará quitação aos seus direitos e deveres?

A quitação é restrita às verbas previstas no Termo de Rescisão Contratual, sendo possível ao ex-empregado efetuar ressalvas na homologação a respeito da diferença e/ou direitos não pagos. Eventual quitação plena e geral apenas seria possível na hipótese de previsão em convenção ou acordo coletivo de trabalho, o que não ocorreu.

Após a adesão do PDE, o que acontece?

A Caixa providenciará a rescisão do contrato de trabalho, que virá como rescisão a pedido do empregado. A rescisão contratual deverá ser homologada, em regra, no Sindicato. Na homologação será efetuada a conferência e verificação das verbas rescisórias, oportunidade que o empregado também terá ciência da discriminação dos valores.

indenização é limitada ao valor de R\$ 490 mil. Sem incidir imposto de renda.

Quem aderir ao PDE poderá manter o Saúde Caixa?

A Caixa prevê a manutenção do plano de saúde: a) Aposentados pelo INSS durante a vigência do contrato de trabalho com a Caixa; b) Empregados admitidos já na condição de aposentados pelo INSS com o mínimo de 120 meses de contribuição para o Saúde Caixa; c) Empregados não aposentados pelo INSS na data do desligamento, mas que venham a se aposentar até 31/12/2018 e que comprovem a aposentadoria pelo INSS até 28/02/2019.

DEPUTADOS MINEIROS

Que votaram contra os trabalhadores e a favor da terceirização



Bílac Pinto
(PR)



Caio Nárcio
(PSDB)



Carlos Melles
(DEM)



Delegado Edson
(PR)



Diego Andrade
(PSD)



Dimas Fabiano
(PP)



Domingos Sávio
(PSDB)



Eduardo Barbosa
(PSDB)



Eros Biondini
(PROS)



Fábio Ramalho
(PMDB)



Franklin Lima
(PP)



Leonardo Quintão
(PMDB)



Luís Tibé
(PTdoB)



Luiz Fernando Faria
(PP)



Marcelo Álvaro Antônio
(PR)



Marcos Montes
(PSD)



Marcus Pestana
(PSDB)



Mauro Lopes
(PMDB)



Paulo Abi-Ackel
(PSDB)



Raquel Muniz
(PSD)



Renato Andrade
(PP)



Renzo Braz
(PP)



Rodrigo de Castro
(PSDB)



Rodrigo Pacheco
(PMDB)



Saraiva Felipe
(PMDB)



Tenente Lúcio
(PSB)



Toninho Pinheiro
(PP)



**A FORÇA DO TRABALHADOR
DE MINAS GERAIS**

Diretor do SEEB Ipatinga é candidato na eleição da Funcef

A Funcef (Fundação dos Economiários Federais) passará por novas eleições. A votação acontecerá em dois turnos: 2 de abril de 2018 e 16 de abril de 2018.



Serão eleitos – para um mandato de quatro anos – três diretores, mais dois participantes do Conselho Deliberativo e seus suplentes, e um participante do Conselho Fiscal e seu respectivo suplente. Neste ano, o diretor Jurídico do SEEB Ipatinga, Selim Antônio de Salles Oliveira, é um dos candidatos ao conselho deliberativo. “Aceitei compor a chapa (do Participante) por entender que temos muito espaço para melhoria da Funcef, como otimizar política de investimentos buscando reverter o déficit, migração do REB e cobrança do contencioso”.

Na Caixa desde 1989, Selim foi para Minas Gerais em 1994 onde exerceu as funções de gerente de 2000 até 2008 e gerente geral de 2008 a 2013 nas cidades de Ipatinga, Coronel Fabriciano, Timóteo e Inhapim. Formado em Direito e Administração de Empresas, com MBA em Gestão Empresarial pela FGV, consultoria empresarial pela UNB. Selim atua como participante da CEE (Comissão Empresa Caixa) e é também diretor jurídico do SEEB Ipatinga, sendo o representante de Minas Gerais na chapa da Funcef.

Apoie a CHAPA DO PARTICIPANTE na eleição da FUNCEF.

A chapa do Participante é composta por pessoas inseridas no meio sindical, representantes da Fenae e Apcef. São pessoas que realmente representam os empregados da Caixa e que estiveram à frente da campanha vitoriosa da Caixa 100% pública.

As nossas propostas podem ser conhecidas detalhadamente na página do facebook [Facebook.com/ChapaDoParticipante/](https://www.facebook.com/ChapaDoParticipante/)



**Eleições
acontecem
entre os dias
16 e 28
de março.**

Mulheres contra retrocessos na época do golpe

Diferenciação de gênero é percebida na remuneração nos bancos

O dia 8 de março é o resultado de uma série de fatos, lutas e reivindicações das mulheres, acostumadas a lutar desde cedo por melhores condições de trabalho e direitos sociais e políticos. Neste ano relembramos todas essas lutas históricas e as lutas diárias das jornadas duplas, às vezes triplas, para homenagear as pessoas que são as bases geradoras e formadoras de toda a nossa sociedade.

Infelizmente, mesmo após muitas conquistas, as discrepâncias continuam grandes. Ainda se faz necessário o enfrentamento para a busca de mais igualdade de oportunidades, a diferença salarial, os assédios moral e sexual e a ascensão profissional.

Nos primeiros dias de março, o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), divulgado pelo Ministério do Trabalho, na sexta-feira (2), mostra a diferenciação de gênero feita pelos bancos no Brasil. As 1.283 mulheres admitidas nos bancos em janeiro de 2018 receberam, em média, R\$ 3.116,41. Esse valor corresponde a 71,8% da remuneração média auferida pelos 1.316 homens contratados no período. Consta-se a diferença de remuneração entre homens e mulheres também nos desligamentos. As 991

mulheres desligadas dos bancos recebiam, em média, R\$ 5.649,80, o que representou 76,3% da remuneração média dos 956 homens desligados dos bancos no período.

A socióloga e formadora da Escola Sindical São Paulo, Juliana Furno, afirma que as reformas propostas por Temer, como a Trabalhista e previdenciária; e o congelamento dos gastos públicos por 20 anos, recolocam a mulher em uma condição de desigualdade acentuada, que vinha sendo combatida durante os últimos anos, nos governos Lula e Dilma.

A limitação dos gastos públicos por 20 anos impacta toda a sociedade, mas são os mais pobres, especialmente as mulheres, que efetivamente sentem os efeitos em suas vidas. A socióloga explica que o Estado é o principal empregador das mulheres, já que 30% dos cargos públicos são ocupados por elas. À medida em que o Estado diminui de tamanho, provavelmente as mulheres perdem empregos no setor.

Por outro lado, a limitação dos gastos diminui também a oferta do serviço público e são as mulheres mais pobres e as que perderam seus empregos que mais utilizam serviços como saúde, educação e creches.

Já a Reforma da Previdência, que por pressão do movimento sindical foi suspensa no dia 19 de fevereiro, aumentaria a desigualdade entre os gêneros. A proposta desconsidera as diferentes realidades entre homens e mulheres.

Juliana Furno lembra que é "a mulher quem geralmente cuida da casa, dos filhos, da economia doméstica e, por isso, exerce dupla, às vezes tripla jornada de trabalho". Por esse conceito, a Previdência Social ainda se mantém como "única política que contempla as mulheres em questão de combate à desigualdade".

Como forma de resistência, foi lançada no último dia 24 até 1º de maio a Jornada de Luta das Mulheres em Defesa da Democracia e dos Direitos. A Jornada tem como principais desafios mobilizar e dialogar com as mulheres e população em geral, para além do dia 8 de Março. A ideia é denunciar: o retrocesso dos direitos sociais e trabalhistas que impactam principalmente as mulheres, o avanço do conservadorismo, o desmonte das políticas públicas, o aumento da violência contra as mulheres e a dura perseguição e condenação, sem provas, do Presidente Lula.



Dia Internacional da Mulher

Mulher Bancária

Que neste dia 8 de março seja lembrada não só a luta diária por seus direitos, mas toda sua doçura e firmeza.

A diretoria do SEEB Ipatinga homenageia as mulheres neste dia dedicado a agradecer a todas com nossa admiração e que mais conquistas sejam alcançadas.

NÃO PRECISA
SER MULHER,



PARA
SENTIR.



#NenhumDireitoAMenos



Sindicato dos Empregados em
Estabelecimentos Bancários de
Ipatinga e Região

Rua Jacarandá, 612 - Horto - Ipatinga/MG
Telefax: (31) 3824-8572 / 3824-8978
www.bancariosipatinga.com.br

Presidente: José Carlos Bragança
Secretário de Imprensa: Eustáquio Vieira Santos
Diagramação: Ericson A. Rodrigues - Reg. 1947/MG
Jornalista: Ludmilla Oliveira - Reg. 19083-MG.
Impressão: Scritthos Gráfica / Tiragem: 800